



Universitários pedem que Cade condene sindicatos contrários ao Uber

Os diretórios centrais da Uniceub e da UnB, de Brasília, foram ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) nesta quarta-feira (8/7) [pedir](#) que sejam tomadas medidas contra “práticas anticoncorrenciais” de sindicatos e cooperativas de taxistas contra o aplicativo Uber.

Na petição, os estudantes denunciam que os taxistas usam de estratégias como abuso do direito de petição, ameaças a consumidores e “pressão desmesurada junto a agentes públicos” para “causar restrições concretas à concorrência e prejuízos diretos à sociedade”.

O Uber é um aplicativo de celular que promove o que a empresa que o desenvolveu chama de “caronas colaborativas”. Essencialmente, é um serviço de táxi, mas que é prestado por usuários do aplicativo. Um usuário aciona o Uber e outro, que tenha carro e esteja nas redondezas, dá carona e recebe dinheiro em troca.

Quem gosta do aplicativo diz que é uma boa alternativa ao táxi. As corridas são mais baratas e os carros, mais bem cuidados. Os taxistas, entretanto, afirmam que o Uber prejudica a livre concorrência, já que não precisam se submeter a qualquer regulação e não pagam os impostos específicos da classe.

No entendimento dos estudantes brasileiros, no entanto, os sindicatos e cooperativas do Distrito Federal impõem “barreiras artificialmente criadas que reduzem a competitividade de concorrentes e diminuem a oferta de serviços à disposição dos consumidores nos mercados afetados”. Eles são representados pelos advogados **Rodrigo Mudrovitsch** e **Leandro Porto**, do Mudrovitsch Advogados. A ação se dirige contra os sindicatos de taxistas do Distrito Federal e de São Paulo.

Lá fora

A discussão acontece em diversos lugares do mundo. Na França, por exemplo, taxistas pararam as ruas de Paris e chegaram a atear fogo em carros como forma de protesto contra o aplicativo. Já no México, estudam-se formas de se regulamentar o uso do aplicativo.

No Brasil, o caminho tende a ser o da proibição. Em Brasília, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou uma lei proibindo o uso do aplicativo que aguarda sanção do governador Rodrigo Rollemberg. A capital paulista passa por situação parecida: a Câmara dos Vereadores aprovou uma lei proibindo o uso de aplicativos do tipo, que espera sanção prefeito Fernando Haddad (PT). Em Belo Horizonte, acontece o mesmo.

Abuso de direito

Na petição enviada ao Cade, os estudantes afirmam que os taxistas abusam de seu direito de acesso à Justiça. Aponta que, em São Paulo, foram ajuizadas três ações com o intuito de proibir o Uber na cidade. Segundo os estudantes, as três ações têm o mesmo texto e são patrocinadas pelo mesmo escritório de advocacia, o Crivelli Có Advogados.

“Os representantes se utilizaram abusivamente do direito de petição, ajuizando reiteradas ações juridicamente infundadas, com a clara finalidade de excluir a empresa Uber do mercado de transporte de



passageiros na cidade de São Paulo”, diz a petição. “A reincidência no ajuizamento de ações frívolas e fadadas ao fracasso bem caracteriza o que a jurisprudência antitruste consagrou como *objective baseless claim* [algo como “ação objetiva sem fundamento”, em inglês].”

Lobby e violência

Os estudantes também denunciavam que os sindicatos do DF e de São Paulo promoveram “atos abusivos” para aprovação de leis que proibam o Uber nas cidades. Na opinião dos universitários “esses atos, que têm mostrado lamentável eficiência, são marcados pelo recurso à violência, pelo uso disseminado de ameaças, pela pressão abusiva e desmesurada junto a agentes públicos e pela promoção e apoio a diplomas legais de caráter nitidamente anticompetitivo anticompetitivo e fortes feições inconstitucionais”.

De acordo com a petição o presidente do sindicato dos taxistas de Brasília foi à Câmara e “expressamente intimou os parlamentares”: “Quero dizer aos nobres deputados para que tomem providências [sobre o Uber], porque, se não tomarem, não temos como conter a categoria”, disse o sindicalista Antonio Raimundo dos Santos.

Já o presidente do sindicato paulista avisou os deputados que “vai ter morte”. Segundo o pedido dos estudantes, essa atitude tem influenciado acontecimentos em outras cidades do Brasil. Exemplo é Belo Horizonte, onde um grupo de taxistas perseguiu “em alta velocidade” um motorista do Uber.

Questão concorrencial

O advogado **José Del Chiaro** concorda com os estudantes. Ele foi o primeiro secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça e é sócio-fundador do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac).

E na opinião de Del Chiaro, a discussão é mais de regulamentação do que de competição. “Tem de haver concorrência nesse mercado e é necessário encontrar um meio de atender o que a sociedade quer e não o que as corporações querem.”

Clique [aqui](#) para ler a petição.

Date Created

09/07/2015